



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF
Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas – MAFDS

Nº. 020

O discurso sobre o desenvolvimento sustentável nas organizações de trabalhadores rurais: uma abordagem exploratória a partir dos documentos da Contag.

William Santos de Assis

2007

O discurso sobre o desenvolvimento sustentável nas organizações de trabalhadores rurais: uma abordagem exploratória a partir dos documentos da Contag

ASSIS, William¹

Introdução

O modelo de desenvolvimento rural brasileiro sempre foi excludente em relação aos chamados pequenos agricultores. A ênfase dada a processos produtivos que priorizam as culturas de exportações por gerarem divisas para o país, acarreta um conjunto de efeitos devastadores do ponto de vista social, econômico e ambiental. Não é de hoje que se verificam as altas taxas de concentração fundiárias associadas a culturas como a cana de açúcar, o algodão, o café e, mais recentemente, a pecuária e a soja. A concentração de terras exclui do processo produtivo um grande contingente populacional deslocando-os para as periferias de centros urbanos. Junto com o poder transformador do avanço dessa lógica em diversas regiões do país, veio também a alta degradação de ecossistemas como a Mata Atlântica, Cerrados e nos últimos 40 anos, a Amazônia.

As organizações dos agricultores familiares nem sempre tiveram a oportunidade de participar ativamente desse debate. Nos períodos onde as liberdades civis eram restritas, parte da estrutura dessas organizações permaneceu atrelada ao Estado como canal de políticas assistenciais. Com a abertura política e a retomada da autonomia das organizações de representação, com o ciclo de fortalecimento dessas organizações e do surgimento de novas identidades no campo, novos temas e demandas são incorporados nas pautas de discussão. O debate sobre o modelo de desenvolvimento passa a ser uma preocupação central das organizações.

O objetivo desse texto é de fazer uma discussão não exaustiva da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável no discurso das organizações de representação dos agricultores familiares. Toma-se como base de análise informações proveniente de uma das mais importantes organizações de representação, a Contag. Devido ao extenso material existente, nos limitamos a alguns documentos escolhidos como base da análise. Além disso, fizemos a escolha de permanecer na esfera nacional com raras incursões nos níveis locais. Estamos cientes das limitações dessa escolha, no entanto, para os

¹ Professor/Pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará – NEAF/CA/UFPA. Membro do Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins associado ao NEAF.

E-mail: william.assis@terra.com.br

Textos do NEAF n° 020, v. 1, Belém, 2007.

objetivos desse texto, que pretende fazer uma leitura exploratória da temática, consideramos suficiente. A complexidade do tema sugere que estudos sobre a documentação de outras organizações, movimentos e entidades governamentais e não governamentais, são de fundamental importância para complementar essa leitura.

I – A luta dos trabalhadores rurais por reconhecimento e por direitos (60-70).

Na década de sessenta quando a organização formal dos agricultores começa a se estruturarⁱ, a pauta de discussão era dominada por questões legais e pela defesa de direitos básicos, inclusive pelo próprio reconhecimento da categoriaⁱⁱ. No I Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)ⁱⁱⁱ, em 1963, a prioridade da pauta de discussão eram as reformas de base, dentre elas a Reforma Agrária. Partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores da Igreja Católica, particularmente aqueles ligados à Teologia da Libertação, tiveram influência forte no processo de criação da confederação. O apoio da Contag à luta em defesa das reformas de base, rendeu-lhe uma intervenção do regime militar que durou cinco anos. Só em 1968, com a eleição de uma nova diretoria e a definição de um plano de ação mais autônomo em relação ao governo federal, a confederação volta a tratar questões como a legislação trabalhista e agrícola, o cooperativismo, a formação das lideranças e a organização sindical. A reforma agrária continua sendo a principal bandeira de luta e pela primeira vez aparece no discurso da organização a necessidade de se perseguir a elaboração de uma “política agrícola diferenciada para os pequenos produtores” (CONTAG, 2005d). A força coerciva e a vigilância do regime militar, no entanto, impõem ao sindicalismo uma estrutura verticalizada conforme a legislação trabalhista, que unificou as categorias de trabalhadores e instituiu o sindicato único de base municipal.

No início da década de setenta em pleno auge da ditadura militar, novas ameaças de intervenção pairam sobre a confederação. Em 1973, a realização do II Congresso da Contag, elege como prioridade para discussão a questão agrária (entenda-se a defesa da reforma agrária), a política agrícola para a pequena produção e o cumprimento dos direitos trabalhistas dos assalariados e assalariadas rurais. Esses temas são discutidos sem que haja uma articulação maior entre eles e sem fazer referência a um projeto de desenvolvimento mais amplo para a sociedade. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), limitava-se a atacar questões prioritárias dentro de certos limites permitidos pela Lei como as questões ligadas ao Estatuto do Trabalhador Rural, ao Funrural^{iv} e ao Estatuto da Terra. O III Congresso, em 1979, teve um caráter mais de reflexão interna do próprio MSTR e uma preocupação com a formação dos quadros sindicais. Duras críticas foram feitas ao modelo sindical vigente. Desse Congresso saiu a definição de que o sistema Contag deveria modificar suas formas de lutas, massificando-as ao máximo

possível através de um processo sistemático de formação de quadros e da participação nas lutas pela redemocratização do país.

O processo de modernização da agricultura brasileira, desencadeada a partir dos anos 60 e intensificada nos anos 70, agravaram os aspectos negativos do modelo de desenvolvimento até então preconizado no país. Na Amazônia, em particular, eleita como fronteira agrícola do país por sucessivos governos, o efeito da “modernização conservadora” se faz sentir pelos intensos conflitos agrários, elevadas taxas de concentração fundiária e altíssimos índices de degradação ambiental. Exclusão social, concentração de terras, degradação ambiental, tomam dimensão alarmante em todas as regiões. São três feridas abertas numa sociedade que luta para se livrar do autoritarismo governamental e do domínio de uma elite organizada e esclarecida. Os diferentes processos de exclusão social gerado a partir da modernização da agricultura fazem emergir, nesse período, novas identidades no campo que irão se consolidar nas décadas seguintes. No âmbito do sindicalismo de trabalhadores rurais, a década é fechada com uma profunda crítica ao modelo oficial de sindicalismo e a busca por autonomia e liberdade, conforme as determinações da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Percebe-se, portanto, que a discussão de um projeto de desenvolvimento mais amplo para a sociedade aparece de forma tangencial em função de questões emergenciais dos trabalhadores rurais bem como da necessidade de enfrentamento da situação política. A prioridade era se fazer reconhecer, conquistar direitos que até então eram privilégio dos trabalhadores urbanos e garantir a transição do regime militar para um regime democrático. O que ressalta nesse tempo todo, porém, é o papel estratégico e mobilizador que a bandeira da reforma agrária representou para o movimento sindical de trabalhadores rurais. Mas, temos que ter em mente, como diz Wanderley, se referindo a década de 70, “os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso” (WANDERLEY, 2003:57).

II – A redemocratização do país e o fortalecimento de múltiplas identidades (80 – 90)

A década de oitenta foi marcada por lutas que visavam a redemocratização do país^v. A Contag se envolveu em várias dessas lutas como a campanha pela anistia política, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a campanha pelas “diretas já”. O IV Congresso da Contag, em 1985, é realizado em clima otimista com o início da Nova República e da redemocratização do país. Várias personalidades do governo federal participaram do Congresso, no qual foi lançado o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), atendendo ao tema central do Congresso que era a reforma agrária. Nesse período também foi

oficializada a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Os outros temas que dominaram a cena do IV Congresso foram a questão da igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, a integração dos trabalhadores rurais à previdência social e a impenhorabilidade da pequena propriedade no caso de empréstimos junto ao sistema nacional de crédito rural.

No campo sindical, são experimentadas novas iniciativas organizativas e de representação a partir da realização dos Congressos da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de 1981 e 1983. O Conclat tinha como objetivo a construção de uma representação nacional unificada dos trabalhadores. Nesse processo de discussão foram criadas centrais sindicais como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT)^{vi}. Esse período é marcado também por ciclo de fortes mobilizações que vão fortalecer a emergência de identidades que começaram a ser geradas no final do período anterior. O Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimentos indígenas, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Novo Sindicalismo, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, entre outros, são exemplos de iniciativas desse período.

As novas identidades surgidas nesse período, além de contribuírem para uma reflexão em torno do “modelo de desenvolvimento”, forçam o governo a pensar novas políticas. O final da década, no entanto, é marcada pelos intensos debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte do país e da profunda crise econômica decorrente do modelo “desenvolvimentista” cuja noção de “progresso” era focada unicamente para a expansão capitalista. A visão predominante nas décadas do regime militar de “Estado Indutor do Desenvolvimento”, passa a ser fortemente questionada. Seringueiros, índios, trabalhadores rurais, canavieiros, sem terras, ribeirinhos e outros grupos passam a denunciar os impactos nefastos de políticas incentivadoras de desmatamentos e a resistir ao avanço da concentração fundiária decorrentes dessas políticas. Nesse período, a Amazônia passa a ocupar lugar de destaque na agenda internacional. Impactos negativos na biosfera são associados de forma direta aos níveis de degradação dos recursos naturais da Amazônia, principalmente, ao desmatamento e às queimadas. Nesta perspectiva, a preservação dos ecossistemas naturais da Amazônia passa a ser crucial para a manutenção da vida futura em escala planetária.

III – A discussão em torno do projeto de desenvolvimento sustentável (Anos 90 em diante)

A década de noventa é marcada por grandes transformações a partir da aplicação massiva do receituário neoliberal que iniciou no governo Collor e teve prosseguimento e se consolidou no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A desestruturação da máquina do Estado, a privatização de empresas estatais, a liberdade para o capital especulativo de curto prazo, podendo

Textos do NEAF n° 020, v. 1, Belém, 2007.

transitar livremente para dentro e para fora do país, o agravamento da dívida interna e externa, a ação governamental dentro dos limites traçados pelo FMI, a abertura comercial em detrimento de produtos industriais internos são marcas fortes dos anos noventa e prova da consolidação do alinhamento da política nacional com as determinações das grandes potências econômicas mundiais. Além de uma conjuntura econômica adversa, inicia-se um período de relativo fechamento dos espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil. Mas, este não é um processo exclusivo do Brasil. O processo de exclusão social e econômica deu-se em escala mundial, basta para isso verificarem-se os indicadores sociais em todo o mundo. O aumento da miséria, a diminuição de postos de trabalho, a concentração fundiária e a degradação ambiental são marcas fortes desse período.

Apesar desse clima desfavorável, a questão do desenvolvimento sustentável vem à tona a partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. Apesar de pouco preciso, o termo passa a ser utilizado em diferentes frentes: governos estaduais da região amazônica, assessores de diferentes entidades não governamentais e lideranças políticas bem como nas organizações de trabalhadores rurais. No campo político a preocupação maior era com a crise política e econômica que se estabeleceu em torno do governo Collor. Muitas energias, não só do movimento sindical de trabalhadores rurais^{vii} como de toda a sociedade, foram drenadas para se contrapor ao projeto de liberalização que começa a ser implementado pelo então presidente e sua equipe. Apesar disso, em alguns estados a discussão de alternativas ao modelo de desenvolvimento já avançava para propostas concretas. No caso do Acre, a morte do líder sindical e ambientalista, Chico Mendes, deslanchou o processo de criação de Reservas Extrativistas – Resex, cujos princípios combinam a exploração econômica com a preservação da biodiversidade. Posteriormente esta iniciativa veio a ser assumida pelo governo estadual.

O V Congresso da Contag, realizado em 1990, identificou a necessidade de se construir um *Projeto Alternativo de Desenvolvimento* (CONTAG, 2005c) que orientasse a ação sindical em âmbito nacional. O tema da *sustentabilidade* que já povoava as elaborações de entidades ambientalistas nacionais e internacionais, ainda não aparecia de forma explícita no discurso das organizações de trabalhadores. O máximo que se chegou a fazer foi o lançamento da idéia da elaboração do projeto no meio sindical e identificar a necessidade de mudanças internas no próprio movimento sindical para permitir uma melhor compreensão das dinâmicas do desenvolvimento rural. A Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em 1992, foi um momento mobilizador e disseminador do conceito de *desenvolvimento sustentável*. A conferência permitiu intercâmbios que influenciaram a dinâmica dos movimentos sociais, das

organizações de representação de trabalhadores rurais e urbanos, dos grupos de assessores, de governos estaduais como os do Acre e Amapá. A partir daí, a cooperação internacional priorizou ações de cunho preservacionista e aportou recursos financeiros e técnico para a experimentação de iniciativas concretas em nível dos biomas Mata Atlântica e Amazônia. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), talvez seja o maior programa de cooperação internacional nessa área. O programa desenvolve ações nas áreas de Experimentação e Demonstração; Conservação de Áreas Protegidas; Fortalecimento Institucional; Pesquisa Científica; Lições e Disseminação. Os chamados projetos demonstrativos (PDA) viabilizados pela cooperação internacional e ancorados no Ministério do Meio Ambiente, são exemplos dessas iniciativas.

Apesar de temas como a reforma agrária, a elaboração de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor e a melhoria de condições de vida para os assalariados rurais, serem bandeiras de lutas recorrentes do movimento sindical, nem sempre estavam articuladas compondo um projeto único de longo prazo. A discussão mais sistemática sobre um projeto alternativo de desenvolvimento começa a ser esboçada em meados da década de noventa. Durante o VI Contag, realizado em 1995 foram lançadas as bases para a construção do *Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS*. Segundo documentos desse congresso, os princípios que deveriam sustentar a elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para a sociedade seriam:

- a) o ser humano como centro do projeto de desenvolvimento; b) a distribuição de renda e de terras através de uma reforma agrária ampla e massiva; c) a valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar; d) a valorização da participação de todos na formulação de políticas públicas; e) a inclusão social de homens, mulheres, jovens e terceira idade através da geração de emprego e renda no campo e nas cidades; f) a atuação do Estado na diminuição das desigualdades; g) a solidariedade, cooperação e equidade; h) o fortalecimento dos sindicatos e cooperativas atuantes (CONTAG, 2005b:12).

O principal objetivo do PADRS era de se contrapor ao projeto neoliberal representado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na concepção da Contag, tal projeto seria uma construção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, do MSTR e de seus aliados políticos. O processo de liberalização da economia avançava a passos largos sem que as organizações dos trabalhadores fossem consultadas. Mesmo com um leque amplo de políticas compensatórias definidas pelo governo FHC, como forma de diminuir os impactos negativos do processo de liberalização da economia, agrava-se a crise econômica na base social do movimento sindical. Esta situação reforça a discussão no seio do movimento sindical da necessidade de elaboração do projeto alternativo em novas bases. Nesse sentido, a Contag entendia como passo fundamental a discussão conceitual sobre desenvolvimento. Na busca de uma redefinição do conceito de desenvolvimento, novos elementos foram agregados ao discurso das lideranças e aos

documentos escritos circulados pela confederação. O trecho abaixo, retirado do texto PADRS, retrata bem essa posição.

O MSTR entende, portanto, que o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas têm que estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça (CONTAG, 2005a:2).

Tanto as bases de sustentação de elaboração do PADRS, citadas acima, quanto essa tentativa de conceituação, indicam que o ponto de partida da discussão sobre o desenvolvimento se assenta agora em noções amplas. No VII Congresso, realizado no ano de 1998, a Contag elege o PADRS como a principal ação do sindicalismo em nível nacional. Na visão da entidade, a construção de um novo projeto de desenvolvimento passa necessariamente por uma reforma agrária ampla e massiva, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela ampliação da oferta de emprego no campo e na cidade, pela diversificação de ocupações produtivas no campo, pelo reforço das políticas sociais e pela valorização das mulheres, idosos e jovens. Tanto no VIII (2001) quanto no IX Congresso (2005) da Contag, existe formulações sobre o papel estratégico da reforma agrária e da agricultura familiar na construção do PADRS. Reproduzimos abaixo a formulação do IX Congresso por representar a atualidade da discussão.

O PADRS se contrapõe aos padrões dos sucessivos modelos de desenvolvimento rural implementados no Brasil, em que o enfoque econômico-financeiro se sobrepõe à dimensão social, política, cultura e ambiental das populações [...] O MSTTR^{viii} propõe a construção de um desenvolvimento rural sustentável, em que o elemento fundamental é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, não apenas como mecanismo distributivo de terras, mas como medida eficaz para promover a ampliação, valorização e o fortalecimento da agricultura familiar [...] Para o MSTTR, a realização da Reforma deve interferir na base e estrutura fundiária, promovendo a ruptura com o desenvolvimento excludente, concentrador de terra e renda e reproduzidor do poder oligárquico, representado pelo Agronegócio e pelo latifúndio [...] Neste sentido, a agricultura familiar é estratégica para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, quando fomenta a interiorização do desenvolvimento possibilitando a inclusão social, produtiva e política das populações locais (CONTAG, 2005c:17).

Nos últimos 10 anos, com a realização dos VII, VIII e IX Congressos, o MSTTR se empenhou em lutas imediatas por melhoria das condições de vida da população rural ao mesmo tempo em que fez um esforço de tentar encontrar caminhos para elaboração e implementação do PADRS. Segundo a Contag, a concepção, elaboração e implementação do PADRS, significam um avanço grande no movimento sindical à medida que este deixa de ser apenas reivindicativo e passa a ser propositivo. Para se chegar ao PADRS, a Contag propõe a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS). Por sua vez, os PDLS, deverão representar as iniciativas dos Grupos de Mobilização Social. Esses mecanismos visam, segundo a Contag, garantir uma ampla participação e uma representação mais próxima possível das realidades dos agricultores familiares em nível local. Após 10 anos do lançamento das bases do PADRS, o

Textos do NEAF n° 020, v. 1, Belém, 2007.

movimento sindical redefiniu seus princípios. Considerado como um processo constante da produção e reprodução da qualidade de vida para os trabalhadores do campo e da cidade, o PADRS redefine seus princípios no VIII Congresso, em 2001, incorporando novas noções como a valorização do meio rural, gestão democrática das políticas públicas, segurança alimentar e resgate da solidariedade entre os trabalhadores. Reproduzimos abaixo os princípios de elaboração do PADRS, definidos no VIII Congresso.

a) Contraposição e combate ao projeto neoliberal; b) Valorização do meio rural como espaço privilegiado para a implementação de políticas públicas de inclusão social; c) Realização de uma ampla e massiva reforma agrária; d) Valorização e fortalecimento da agricultura familiar; e) Fim de toda e qualquer discriminação de gênero, geração, etnia e raça; f) Melhoria das condições de vida, de renda e trabalho para os assalariados e assalariadas rurais; g) Gestão democrática e descentralizada das políticas públicas, garantindo a participação dos diversos atores sociais em todas as etapas do processo, da concepção de propostas e tomada de decisões; h) Mobilização das energias e potencialidades voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional, respeitando as diversidades, através de ações múltiplas e coletivamente articuladas; i) Distribuição da riqueza, da renda e do poder; j) Segurança e soberania alimentar; l) Geração de emprego e ocupações produtivas, garantida a igualdade de oportunidades; m) Resgate da prática da solidariedade, da cooperação, associativismo e da equidade social, como força política e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; n) Qualificação e reconversão profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, articulando o ensino formal, a pesquisa e a assistência técnica; o) Combate ao desemprego, à fome, à miséria e à violência; p) Respeito à biodiversidade e garantia da preservação e recuperação dos ecossistemas; q) Emprego tático das negociações, do embate e da pressão no processo de construção do projeto (CONTAG, 2005b:14)

Independentemente da viabilidade concreta da realização ampla dos objetivos do PADRS, que os princípios formulados no IX Congresso nos leva a imaginar, podemos perceber que às dimensões econômica e de mercado são agregadas tantas outras como a ambiental e territorial, a organização social, a formação e qualificação profissional, a geracional e a da solidariedade e cooperação. Portanto, falar de um projeto de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade da agricultura familiar, pressupõem a definição de critérios claros que se adequem ao amplo espectro de questões que fazem parte hoje do horizonte imaginário da categoria. Da mesma forma, a implementação de um projeto de tal envergadura, pressupõe a montagem de uma estratégia de várias facetas, flexível e ágil. O IX Congresso define a estratégia para implementação do PADRS nos seguintes termos.

A estratégia a ser adotada pelos STTRs, FETAGs e a CONTAG, deve se orientar pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, regional, territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária (CONTAG, 2005c:13)

Percebe-se na definição da nova estratégia a inclusão de noções como gestão democrática dos territórios, resgate da solidariedade entre os trabalhadores e a articulação entre o nível local, regional e global. Estas três noções se ligam estreitamente com as modificações em curso no próprio processo

Textos do NEAF n° 020, v. 1, Belém, 2007.

organizativo interno do movimento sindical. A estrutura sindical oficial verticalizada está sendo duramente criticada tanto no âmbito do sindicalismo *contagueano* quanto fora dele. A noção de sindicato único por município está sendo ultrapassada por uma noção mais aberta que permite a organização com base na identidade cultural e geográfica e nos processos sociais e econômicos locais. A percepção da noção de inter-relação existente entre os diferentes níveis local, regional, nacional e global, aponta para mudanças na maneira de negociar as políticas públicas, na redefinição das lutas e na elaboração das propostas. Isto exige novas instituições, novas formas de lutas e novos espaços e formas de negociação. Ao mesmo tempo em que se propõe à quebra da estrutura verticalizada, se busca novas formas de convivência entre grupos e organizações. A solidariedade aparece como um princípio norteador dessa busca de convivência e de articulação entre diferentes, porém com problemas comuns. Para a Contag, o PARDRS é um caminho de convergência de todas essas questões.

Qual a capacidade real das organizações de agricultores gerenciar um quadro de tamanha complexidade? Qual a velocidade e a eficiência de passagem do discurso da esfera nacional para as esferas locais? Como o local reage a tais discursos? Como articular os diferentes níveis e as diferentes frentes de luta? Como articular as diferentes identidades surgidas? O complexo sistema sindical montado pela Contag forma na atualidade uma rede de 27 federações (nível estadual) e 4.130 sindicatos (nível municipal), sem contar as associações e cooperativas filiadas, que representam mais de 15 milhões de trabalhadores. Alguns dos instrumentos utilizados para nivelar e aprimorar as práticas de implementação do PADRS são: o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas, os Encontros e Congressos Regionais, a participação em Conselhos, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho (GTs) e Fóruns e os cursos de formação e capacitação. A agricultura familiar, através de suas organizações de representação, tem demonstrado grande capacidade de se adaptar as novas situações não só econômicas como às transformações do ambiente político e institucional. No entanto, os impactos concretos decorrente desses processos de adaptação ainda estão por serem evidenciados.

IV – Pequeno Agricultor X Agricultor Familiar: para além da discussão conceitual a busca pela integração aos processos de mudança.

No VI Congresso, em 1995, o movimento sindical fez a substituição do termo “Pequeno Produtor” por “Agricultor Familiar”. Nos congressos subsequentes, esta é a denominação oficial assumida pelo sistema Contag. Segundo a confederação: “assumir a nova denominação implica em abrir novos

horizontes de atuação política para o MSTR” (CONTAG, 2005d). Mas, não é só o sindicalismo *contagueano* que reivindica essa denominação. Em 2001, foi criada na região sul do país, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul). A Fetraf-Sul, surge a partir do contexto dos anos noventa, onde as lutas por crédito diferenciado para a agricultura familiar, linhas emergenciais de créditos para atingidos por estiagem, pela implementação efetiva de direitos conquistados na Constituinte e a crítica à estrutura oficial do sindicalismo, eram o motor das discussões na região sul (CORDEIRO et al, 2003). Foi crucial para a criação da Fetraf, a articulação paralela ao sindicalismo oficial no âmbito do Fórum Sul dos Rurais, liderado por sindicalistas cutistas. A criação de Federações de Agricultores Familiares em outros estados da federação se ampliou em 2005. No estado do Pará está em tramitação a proposta de transformar a atual Federação de Trabalhadores Rurais em Federação da Agricultura Familiar (FETAGRI, ...).

Portanto, longe de ser uma simples questão terminológica, esta decisão aponta para transformações na maneira das organizações dos agricultores familiares se relacionarem com o Estado e a sociedade em geral. Nesse mesmo período o governo federal lançava o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, cravando o conceito no seio das políticas governamentais. Posteriormente, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abre a possibilidade de tratamento diferenciado e orientado para este segmento. A criação do Pronaf, no entanto, apesar de representar um avanço importante se comparado com a política dos períodos anteriores, não pode ser considerada como uma mudança radical do enfoque da política agrícola brasileira. Indícios da manutenção de uma estratégia desfavorável à agricultura familiar no governo FHC, pode ser medida por alguns fatores como o avanço que o chamado “agronegócio” tem demonstrado nas últimas décadas, principalmente com a expansão da soja na região norte; a forte articulação e influência do empresariado rural junto a setores do aparelho do governo; a defasagem dos agrícolas provocados pela política de importação de alimentos no âmbito do principal instrumento do governo FHC, o plano Real; a redução dos gastos públicos na área da agricultura e; a depreciação da qualidade de vida dos agricultores familiares em decorrência das políticas de ajuste estrutural (CORDEIRO et al, 2003)^{ix}.

Enquanto governo, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais procuravam formas de implementar o Pronaf, travou-se um debate em diferentes esferas sobre a pertinência do uso conceitual da categoria Agricultor Familiar. Não nos propomos aqui a aprofundar o debate sobre as implicações e a pertinência dessa mudança, mas gostaríamos de lembrar a pesquisadora Maria Nazaré Baudel Wanderley (2003), que sugere que o surgimento do termo Agricultura Familiar tem a ver com as

transformações políticas, sociais e econômicas em curso na sociedade global. Trata-se, na verdade, de uma tentativa das organizações se adaptarem aos processos de integração econômica e social em nível nacional e global. Wanderley se posiciona nesse debate colocando três questões para reflexão, quais sejam:

- a) o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e à diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultor no próprio processo de desenvolvimento;
- b) a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima de seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrer à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural;
- c) o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir (WANDERLEY, 2003:58/59)^x

As três questões levantada por Wanderley nos remetem a uma reflexão mais aprofundada do significado das lutas e das proposições dos agricultores organizados em torno da Contag, especialmente, no que se refere a proposta de desenvolvimento. Em que pese a fragilidade dos processos ainda em andamento podemos afirmar que grandes mudanças ocorreram no movimento sindical a partir do momento que o mesmo assume categorias como Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura familiar, Gênero, Etnia, Raça, dentre outros. Ainda em 1995, foi criada a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 1997, realizou-se a primeira plenária nacional de mulheres trabalhadoras rurais, onde as questões específicas das mulheres foram discutidas na perspectiva de integrá-las ao escopo geral das lutas do sindicalismo de trabalhadores rurais. Na visão da Contag, não se poderia avançar na perspectiva da construção de um novo projeto de desenvolvimento sem que as questões relativas às mulheres, jovens e as pessoas idosas e etnias não fossem apropriadas pelo conjunto da categoria. Pode-se imaginar esse discurso como peça de retórica, mas o fortalecimento da participação das mulheres na confederação e nas lutas localizadas nos indica outro caminho. Manifestações como a Marcha das Margaridas^{xi} vão consolidar a participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de discussão do projeto de desenvolvimento. Assim, o movimento sindical além de incorporar a identidade de agricultor familiar, agrega novos elementos como a discussão do papel da mulher, dos jovens e dos idosos na sociedade.

Em relação à segunda questão levantada por Wanderley, inúmeros estudos mostram que na década de noventa, a criatividade do movimento sindical e de outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), gerou um repertório de ações coletivas muito amplo (COMERFORD, 1999)^{xii}. Ações como ocupação de terras, de prédios públicos, interdição de estradas, grandes passeatas e marchas, são prova da capacidade organizativa e da não passividade dos agricultores familiares. Os “Gritos da Terra Brasil” foram a principal forma de luta e negociação da Contag com as instâncias de governo em nível federal, estadual e municipal. Através dos Gritos, a discussão de políticas públicas ganhou capilaridade nos diferentes níveis de atuação do movimento sindical de trabalhadores rurais.

O surgimento do MST, a criação das Federações da Agricultura Familiar (FETRAFs), desvinculadas da Contag, mas tendo sua base social constituída pelos agricultores que teoricamente teriam o perfil da Contag, o surgimento de movimentos com autonomia em relação ao movimento sindical, mas de certa forma articulados a este como os atingidos por barragens, quebradeiras de coco, seringueiros, quilombolas compõem o quadro diverso de situações ao qual se refere Wanderley. Esta diversidade de situação torna a discussão em torno de um projeto de desenvolvimento extremamente complexo e exige das lideranças sindicais o desenvolvimento de habilidades para negociação de diferentes temáticas num ambiente institucional bastante diversificado. Neste sentido, o PADRS tem se constituído em desafio constante do movimento sindical, não só devido ao momento político vivido pelo país, mais também por essa grande diversidade de situações. Construir um arco de alianças, unificar pautas de reivindicação entre os diferentes movimentos e organizações, realizar grandes mobilizações, negociar nos diferentes níveis da estrutura governamental, participar de espaços de discussão com caráter deliberativo ou consultivo, são algumas das habilidades exigidas das lideranças sindicais que emergiram a partir da década de noventa.

V – O PADRS como eixo articulador da ação sindical

Desde a sua aprovação no VII Congresso, em 1998, o PADRS exigiu um esforço de discussão elaboração e formulação por parte do movimento sindical e das organizações da agricultura familiar. Além dos Congressos Regionais e Nacionais da categoria, o PADRS foi discutido também nas Plenárias Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (PNTTR), nos Gritos da Terra Brasil, nas Marchas das Margaridas, em Congressos Regionais e Municipais e serviu como orientação para discussão de políticas públicas em Conselhos, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e outros espaços. Passados mais de 10 anos do seu lançamento, o PADRS torna-se o principal instrumento de orientação da luta sindical. Nele está contido um leque amplo de temáticas que afetam não só os trabalhadores rurais como também outros setores da sociedade. Na tentativa de se adequar ao novo cenário político e econômico da realidade

Textos do NEAF n° 020, v. 1, Belém, 2007.

brasileira e internacional, o MSTR, em seu IX Congresso propõe os seguintes eixos para aprofundar a estratégia de implementação do PADRS.

- a) Política transversal de gênero, geração, raça e etnia: discute-se o papel e a participação da mulher trabalhadora rural no desenvolvimento e a construção de novas relações entre homens e mulheres, o papel do jovem e do idoso, identidade racial e étnica;
- b) Reforma Agrária e Agricultura Familiar como bases para o desenvolvimento sustentável: aqui se discute o papel da reforma agrária o desenvolvimento sustentável, meio ambiente, organização da produção e a política de crédito (Pronaf). No segmento relativo ao fortalecimento da agricultura familiar, discute-se ainda a questão da pesquisa e da extensão rural voltadas para esse público. Nota-se ainda uma preocupação com as especificidades do desenvolvimento de determinadas regiões como o Semi-Árido e a Amazônia, que são alvo de formulações específicas dentro do PADRS;
- c) Relações de trabalho: discutem-se aqui as relações de trabalhos, níveis salariais e qualidade de vida dos assalariados e das assalariadas do campo e a erradicação do trabalho escravo, erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente;
- d) Política permanente de valorização do salário mínimo;
- e) Políticas sociais: discute-se nesse eixo a política de educação do campo, a política de saúde, previdência social;
- f) Relações da Contag com o Congresso Nacional: prioriza-se a atividade de lobby junto aos parlamentares no sentido de convencimento das propostas do movimento sindical, principalmente as relacionadas ao PADRS;
- g) Relações internacionais: procura-se fazer uma reflexão sobre a relação do MSTTR e os organismos internacionais como FAO, PNUD, IICA e OIT. Em parceria com a CUT, discute-se a participação no Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul (FCES). Debate-se ainda a participação do MSTTR na OMC, ALCA, e União Européia;
- h) Papel da formação no PADRS: considerado como um instrumento político-pedagógico, a formação se propõe a utilizar abordagens sedimentadas na construção coletiva e no respeito aos saberes, desejos e necessidades dos envolvidos (CONTAG, 2005c).

Cada eixo acima relacionado é discutido em comissões temáticas compostas por delegados presentes ao Congresso. Cada comissão define um leque de prioridades a serem trabalhadas nos níveis nacional, estadual, regional e municipal. A análise dos documentos das comissões temáticas mostra um número muito de grande de propostas, cada uma delas referidas a um certo espaço de discussão e de tomada de decisão. Diante do amplo leque de propostas surgidas nos diferentes espaços mencionados, alguns problemas são apontados pelo próprio MSTTR, dentre elas: a) dificuldade de encaminhar as deliberações políticas aprovadas e deliberadas nos coletivos nacional, estadual e municipal, numa estrutura composta atualmente de 27 Federações e 4.103 Sindicatos; b) a grande diversidade produtiva, política, cultural e organizativa desse conjunto; c) resistência de algumas lideranças em fazer parte da organicidade da Contag; d) poucos dirigentes liberados fazendo que muitas vezes é o mesmo que participa no nível municipal, estadual e nacional; e) ampliação das demandas locais em função da descentralização de algumas políticas; f) pouca participação de jovens e idosos em espaços de deliberação; g) deficiência na capacitação dos dirigentes para atuar nesse leque amplo de temáticas (CONTAG, 2005c).

Na tentativa de garantir a articulação da implementação das propostas e a organicidade em torno da Contag, o MSTTR começa a esboçar mudanças significativas em sua estrutura. O primeiro passo é a criação de coordenações regionais. Foram criadas cinco coordenações regionais no IX Congresso (2005), quais sejam: Coordenação das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. A função dessas coordenações é de articular as ações e lutas estaduais, regionais e nacionais; facilitar a implementação das resoluções aprovadas; incorporar demandas e práticas regionais, visando a descentralização e a democratização das tomadas de decisão; qualificar a ação do MSTTR no nível regional; articular a sociedade civil em torno das propostas do MSTTR através de Fóruns, formulação de políticas e mobilizações (CONTAG, 2005c). Em nível local essas modificações já estão em andamento independente da ação da Contag, como é o caso do estado do Pará, que criou desde 1996, 10 coordenações regionais no âmbito da Federação Estadual de Trabalhadores Rurais (FETAGRI-PA). No Nordeste existem estruturas como Pólos Sindicais, que se articulam independentemente da estrutura oficial do sindicalismo.

Diante de tamanha complexidade e baseado no discurso de que a agricultura familiar deve ser o motor do desenvolvimento, o MSTTR propõe, através de seu nono congresso a criação de uma Lei que regulamente todas as questões relativas a este segmento. A Lei deveria definir um conceito para agricultor(a) familiar, definindo o público e características da atividade econômica para efeito de legislação tributária, trabalhista, previdenciária e sindical; estrutura de fomento e gestão, programas e políticas de apoio; fontes e volumes de recursos e demais questões pertinentes (CONTAG, 2005c:).

VI – Considerações para uma reflexão

A modernização da agricultura brasileira toma grande impulso no período mais fechado à participação da sociedade nos rumos das políticas. Isto lhe conferiu um perfil excludente acarretando impactos ambientais e sociais que refletiam diretamente na qualidade de vida da população, principalmente, a rural. Nos primeiros anos da organização formal dos agricultores familiares brasileiros, a reforma agrária e a luta por direitos foram suas principais bandeiras de luta. O sindicalismo de trabalhadores rurais, articulados em torno da Contag, desempenhou um papel importante nesse processo. Antes de discutir um projeto de desenvolvimento amplo, o MSTTR^{xiii} tinha que articular os trabalhadores rurais em função de direitos básicos que até então eram privilégios dos trabalhadores urbanos. Durante todo o período do regime militar, o MSTTR se envolve em lutas amplas da sociedade como a abertura política, as mudanças constitucionais e redemocratização do país.

Com a abertura política e a aprovação da nova Constituição, novos horizontes se abriram para a ação sindical. Apesar da reforma agrária ser mantida como principal bandeira de luta, os esforços do MSTTR se voltam também para outras questões pertinentes ao desenvolvimento dos agricultores familiares como as políticas sociais, a discussão da preservação ambiental, a política de financiamento da produção, dentre outros.

Na década de noventa, o MSTTR internaliza em suas discussões a de *desenvolvimento sustentável*. Apesar de presente em seu discurso, a operacionalização dessa noção tem constituído um desafio constante nos últimos dez anos. As grandes transformações políticas e econômicas da década tem exigido das lideranças sindicais e de seus assessores um esforço redobrado para formular as bases e princípios para a implementação de um novo projeto de desenvolvimento. O ambiente de maior abertura para a participação da sociedade tem estimulado a discussão interna nas próprias organizações dos agricultores familiares. O sistema Contag, pela sua dimensão e importância, se constitui em um dos atores fundamentais na luta pela implementação de um projeto de desenvolvimento mais equânime, com base na sustentabilidade. No entanto, não se pode negar papel, à importância e à influência das novas identidades que surgiram nas últimas décadas, na definição dos rumos e na implementação de tal projeto.

Percebe-se, no entanto, que a complexidade pertinente à discussão e implementação de um projeto em bases sustentáveis, implica profundas transformações que vão desde os aspectos técnico, institucionais, ético e cultural. Esta complexidade aponta para a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades dos dirigentes sindicais e dos outros atores sociais envolvidos nos processos. O MSTTR, em nível nacional, tem envidado esforços no sentido de encontrar mecanismos de formulação e implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento. No entanto, algumas questões precisam ser refletidas numa perspectiva de longo prazo, dentre elas: Como o discurso do *desenvolvimento sustentável* é entendido e resignificado pelas organizações da agricultura familiar nas esferas locais? Como as experiências locais interagem com as orientações do discurso macro? Será que a experiência acumulada pelos agricultores familiares e suas organizações nas diferentes regiões estão sendo incorporadas nas formulações do discurso macro? Qual a capacidade das organizações dos agricultores familiares atuarem nas diferentes esferas mantendo a coesão de suas propostas? Qual tipo de formação e capacitação pode surtir efeitos mais eficazes na preparação dos dirigentes para atuação nesse novo contexto? Como articular as diferentes identidades surgidas no campo em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável unificado? Que tipo de organizações e instituições pode se adequar a esse contexto?

A reflexão sobre estas questões e tantas outras pode nos ajudar a entender as reais implicações das transformações ocorridas nas últimas décadas nas organizações dos agricultores familiares e o impacto da internalização de noções como desenvolvimento sustentável, gênero, etnia e solidariedade em seus discursos. Quais as implicações concretas da adoção desse novo aparato conceitual para a sua viabilização e reprodução da agricultura familiar? Para Sabourin, citando uma definição do Grupo de Pesquisa sobre Produção Familiar do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPb).

"Considera-se a viabilidade da produção familiar no seu sentido amplo que abrange os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Para uma dada região ou localidade, ela corresponde assim, à reprodução "ampla" das diversas unidades de produção (família, terras e patrimônio) de uma localidade ou região determinada, garantindo a integração econômica, social e cultural das novas gerações e a manutenção dos agro-ecossistemas." (SABOURIN, 2000:2).

Como a agricultura familiar está sendo vinculada estreitamente a noção de *sustentabilidade*, seja pelos setores governamentais, pelos grupos de assessores e pelas próprias organizações de representação, torna-se de fundamental importância a análise das suas capacidades de reprodução. Neste sentido, reforçamos as preocupações de Sabourin (2002), de que a análise tem que ser feita para além dos aspectos agro-ecológicos e técnicos. Os aspectos ligados às transformações organizacionais e institucionais, políticos bem como os econômicos se apresentam como de fundamental importância.

VII – Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, vol. 4, n 2, abril/junho de 2000.

BOUAINAIN, A . M. **Trajectoria recente da política pública brasileira**. Campinas, novembro de 1997. Instituto de Economia da UNICAMP, Núcleo de Economia Agrícola (NEA). Documento preparado em fevereiro de 1997 para discussão interna do grupo de técnicos do projeto UTF/FAO/036/BRA.

CHAVES, C. A . **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 2000.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.

CONTAG. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável, 2005a .

CONTAG. Documento de Base do 8º. Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, março de 2005b.

CONTAG. Documento de Base do 9º. Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, março de 2005c.

CONTAG. <http://www.contag.org.br/>, 2005d.

CORDEIRO, A. SCHMITT, C. J. & ARMANI, D. **Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil**. Porto Alegre, 2003. (Relatório de pesquisa)

DELGADO, N. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, S. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2001.

SILVA, Lyndolpho. **O Camponês e a história: a construção da Utab e fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. Paulo Ribeiro Cunha – Organizador. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4).

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e camponato: rupturas e continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura n 21, Rio de Janeiro, 2003.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar 1: uma realidade multiforme**. Campinas, Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar 2: do mito à realidade**. Campinas, Unicamp, 1998.

SABOURIN, E. <http://www.geocities.com/ptreview/index16.html>, 2000

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP, 26, 1980.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**, 2 ed. Paris, Actes Sud, 1984.

TURA, L. R. **Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGS, 1996. 146 p. (Dissertação de mestrado).

ⁱ Até 1963 a legislação brasileira proibia os trabalhadores rurais de se organizarem em Sindicatos. Isto não significa que o não houvesse organização. As Ligas Camponesas no nordeste, o Master no sul, as Associações de Pequenos Produtores em várias regiões do país, eram formas organizativas existentes desde a década de 50. Segundo depoimento de Lyndolpho Silva havia um decreto de 1944 (Decreto Lei n 7.038/44), instituído por Getúlio Vargas que já permitia a sindicalização dos trabalhadores rurais, só que as dificuldades burocráticas e a pressão contrária de fazendeiros eram tantas que a opção era fundar Associações de caráter civil. Na década de cinquenta existiam perto de 50 sindicatos em todo o território nacional (SILVA, 2004).

ⁱⁱ Foi no governo de João Goulart, em 1963, através da Lei 4.211/63, que os trabalhadores rurais conquistaram o direito à sindicalização.

ⁱⁱⁱ Participaram do I Congresso representantes de 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 29 Federações.

^{iv} Programa criado pelo Governo Federal em 1971, que assegura direitos previdenciários aos trabalhadores rurais.

^v Alguns autores fazem uma leitura crítica do uso desse termo. Alguns chegam a sugerir que a passagem do regime militar para o regime democrático não chegou a ser uma re-democratização, mas uma liberalização. Os elementos que reforçam estes argumentos são: a abertura política foi na verdade um conjunto de concessões entre o setor brando e o setor moderado (oposição) do regime militar; a agenda política de transição foi limitada pelos próprios militares (RICCI, 2001. citado por PAULA, 2005)

^{vi} A Contag filiou-se inicialmente a CGT, da qual logo se desfilou e em 1995, filiou-se à CUT.

^{vii} A Contag fazia parte do Comitê em Defesa da Ética na Política que coordenou a campanha que levou ao impeachment do presidente Collor de Melo.

^{viii} A partir do IX Congresso a Contag assume a sigla MSTTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) em substituição a MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais)

^{ix} Para uma discussão mais aprofundada ver Delgado (2001) e Buainain, (1997).

^x Para maiores detalhes sobre esse debate ver Wanderley (2003); Lamarche (1993); Lamarche (1998); Shanin (1980); Mendras (1982).

^{xi} Nome em alusão a uma líder sindical da zona canavieira de Alagoa Grande na Paraíba, Margarida Alves, assassinada em plena atividade sindical. Em 2000, o coletivo de mulheres da Contag, com apoio de um conjunto de entidades da sociedade civil, realizou a primeira marcha das Margaridas, manifestação que reuniu mais de 20 mil mulheres de todas as regiões do país. Em 2003, estima-se que a participação na segunda Marcha das Margaridas foi de 50 mil mulheres.

^{xii} Ver também Tura (1996) e Chaves (2000).

^{xiii} Para usar a denominação atual.